



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente –
Dsisnama

11ª Reunião do Grupo de trabalho da Revisão da Resolução 413/2009 (Teams)

Data: 23 de setembro de 2025.

Local: TEAMS.

Registros da reunião

1- Membros e participantes

| Nome | Órgão |
|-------------------------------------|-----------------------------|
| Juliana Lopes da Silva | MPA |
| Adriany Christina de Carvalho | INEMA/BA |
| Aline Cruz Oliveira Machado | INEMA-BA |
| André Muniz Afonso | UFPR |
| Anderson Antonello | MPA |
| Bruno Dias dos Santos | |
| Chris Anderson | SEMA AP |
| Clovis Ferreira | UNESP |
| Eliane Yoshioka | EMBRAPA |
| Eduardo Ono | CNA |
| Fabio Hudson Souza Soares | |
| Felipe Weber | Associação Aquariofilia |
| Fernanda Garcia Sampaio | Rede de Aquicultura/EMBRAPA |
| Fernanda Gomes de Paula | MPA |
| Fernando Bergmann | SEC. AGRIC. MA |
| Frederico Silva Brasileiro Do Valle | IBAMA |
| Getulio Ezequiel Da Costa P Filho | |
| Gianmarco Silva David | IP-SP |



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente –
Disisnama

| | |
|---------------------------------------|---------------------------------------|
| Helio Rubens Victorino | CETESB |
| Henryette Patrice Cruz | |
| Ives Duarte | |
| Jade Marcel Alves | ADEMA |
| Jéssica Dias | |
| José Carlos Sassi | |
| Larissa Cristina Grizenti | |
| Leandro Passos | |
| Luciana Carvalho Crema | |
| Luiz Marques da Silva Ayroza | IP-SP |
| Marcelo Catharin | MPA |
| Maria Lucia Coelho Silva | ABES |
| Marilsa Fernandes | Associação de Piscicultores/ Peixe SP |
| Marina Crespo Pinto Pimentel Landeiro | MMA |
| Marta Conde Lamparelli | CETESB |
| Martinho colpani filho | Setor produtivo |
| Mauricio Pessoa | UFRPE |
| Pedro Mendes Neto | OEMA/RS |
| Rafael Valadão | ICMBio |
| Renato Torigoi | |
| Sérgio Winckler | EPAGRI |
| Thiago Fontolan Tardivo | CTEA/Tocantins |
| Verônica Alberto Barros | MMA |
| Williane Ferreira Menezes | |



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente –
DSisnama

| | |
|----------------|----------|
| Yara Schaeffer | USP |
| Júlia Martins | |
| Vinícius Diniz | DSisnama |
| Vinícius Vitoi | DSisnama |

2- Matéria

Nº 02000.003079/2020-16 - Proposta de alteração da Resolução CONAMA nº 413/2009, que dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura, e dá outras providências.

3- Abertura

Juliana Lopes-MPA abriu a reunião e sugeriu fechar o texto da resolução e, na sequência, irá apresentar Relatório de Produção de Pescado.

4- Resumo da Reunião

- Art. 4º Inciso V – definição sobre escape em massa

Verônica Basto- MMA concorda do o texto e lembrou que um participante do MPA apresentou um dado sobre fuga. Juliana Lopes explicou que o dado faz referência a escape aceitável.

Renato Torigoi- propõe fixar percentual de 80% do total de peixe no reservatório em razão de colapso da estrutura. Marta Lampareli-Cetesb defende que cerca de 5% já deveria ser escape em massa porque, em tese, as estruturas do criatório devem evitar a fuga.

Juliana Lopes-MPA citou o art. 4º onde há citação e condições que causam o escape em massa, daí a necessidade de definição para o termo.

Gianmarco IP/SP- defende que valores próximos de 5% porque valores maiores comprometem a lucratividade e denotam falhas na estrutura e sugere que escape em massa seja de 1/3 da produção. Defendeu que a fuga em massa ocorre principalmente em tanques redes, daí a necessidade de haver um alerta para este tipo de estrutura ser inadequada para algumas situações e citou exemplo de eutrofização de corpo hídrico devido excesso de peixe para o corpo hídrico.

Fernanda Sampaio defende que é necessário fixar o período que caracteriza o escape.

Foi registrado a proposta de 1/3 ou mais de toda a população em uma estrutura de criação. Aprovado.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente –
Dsisnama

- Art. X sobre sanidade da população de peixes

Juliana Lopes-MPA informou que a equipe do MPA avaliou a proposta e questionou se o tema - forma de controle sanitário - é um tema relevante para o licenciamento ou para norma sanitária.

Aline Oliveira da Cruz explicou que este tipo de informação tem por objetivo é proteger o ambiente e saber se o criador faz uso de biocidas adquiridos por meio de profissional habilitado.

Eduardo Ono defende que a competência legal é do MAPA e dos órgãos estaduais, concorda que a o controle de doenças é feito de forma conjunta. Porém, a autorização e registro de produto indicado para uso aquícola indicam se tratar de produto seguro para uso nesta atividade. Quando ocorre um surto de mortalidade é necessário comunicar o órgão sanitário e iniciar estudos para identificar as causas da mortalidade. Defende que o tema sanitário não deve estar nesta normativa. Defende que basta saber se o produtor está cadastrado no órgão de controle sanitário.

Frederico Brasileiro dos Valle-IBAMA defende que o órgão ambiental tem como objetivo saber se as medidas de controle sanitário são suficientes para evitar epidemia ou contaminação ambiental.

Rafael Valadão-ICMBio defende que o dado sanitário é importante por medida de precaução que faz parte do processo de licenciamento. Basta informa se normas sanitárias são adotadas pelo produtor. Pedro Mendes-OEMA/RS concorda com a necessidade de informação sobre compromisso com a sanidade.

Juliana Lopes-MPA complementou a proposta inicial inserido a questão sanitária. Trata-se de uma forma de o órgão ambiental qualificar informações sem conflitar com atribuição do MAPA.

Aprovado ajuste proposto pelo IBAMA.

- Anexo I sobre porte do empreendimento

André Muniz apresentou memória de cálculo para justificar as categorias de porte para ranicultura. Justificou o uso de dados do IBGE por ser o órgão oficial para quantificar produção agropecuária. Explicou o desafio para equalizar diferentes modelos de criação que evoluem á medida que novas tecnologias são agregadas aos sistemas de produção. Aprovado a valores registrados na tabela para ranicultura.

Eduardo Ono apresentou memorial de cálculo para porte dos tanques escavados. Área da superfície de um tanque escavado não reflete o potencial de produção e geração de efluentes em razão de avanços tecnológicos, assim definiu-se utilizar produção por



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente –
Disisnama

volume. Utilizou-se parâmetros de produtividade da piscicultura desenvolvida no Paraná e descarte de efluente, no caso o fósforo, parâmetros de resolução Conama 413.

Juliana Lopes-MPA descreveu as características da produção de peixes em tanque redes em águas da União cuja análise está relacionada a capacidade de suporte. O cálculo usado pela Agência Nacional de Águas tem como base descarte de 1/3 de fósforo previsto na Conama 413. A definição dos valores da produção em cada porte também considerou registros da produtividade fornecido por produtores. Marta Lamparelli-Cetesb defende que os efluentes em tanque redes não são controláveis o que tem gerado proliferação de algas e defende que os valores podem estar superdimensionados. Juliana Lopes-MPA apontou outros aportes que contaminam um trecho de corpo hídrico como agropecuária e atividade industrial. Para ela o aquicultor é o maior interessado em manter a qualidade da água. Eduardo Ono chamou destacou que São Paulo e paraná não podem ser referência para decisões desta resolução e sugere que posições mais restritivas devem ser definidas pelos órgãos estaduais.

Marcelo Catharin-MPA abordou aspectos da carcinocultura em água doce tendo como base índices zootécnicos observados junto a carcinocultores com larga experiência com a atividade e supervisão de técnicos especializados. Este tipo de empreendimento que exige conhecimento e manejo muito específico o que facilita identificar os índices zootécnicos.

Sérgio Winckler-EPAGRI apresentou a proposta para a malacultura cujos dados foram obtidos a partir da realidade deste tipo de atividade em Santa Catarina em razão de ser o estado pioneiro e mais desenvolvido com este tipo de atividade. A produção de formas jovens foi estimada com base em dados do laboratório da UFSC, um laboratório modesto que abastece a demanda regional. Explicou que ocorre equilíbrio entre a produção de ostras e oferta de formas jovens. Quanto a questão de dados para o cultivo de algas, foram utilizados parâmetros da bibliografia em razão de tratar-se de atividade recente.

Dados dos cálculos das categorias para produção peixes ornamentais e forma jovens de peixes ficaram para serem apresentados na próxima reunião.

- Art. 16 sobre condicionantes

Aprovado no mérito e pendente de correção redacional. Aprovado com inserção do termo ente aspas: *condicionante “compatíveis” com o porte do empreendimento.*

- Art.19 sobre concessão de licença estar atrelada a compromisso de obedecer normativas.

Marcelo Catharin argumentou que o propósito da nova redação é vincular o licenciamento a seguir outras normas, como p. ex., outorga. Houve dúvidas se a nova redação está correta



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente –
Dsisnama

porque permite mais de uma interpretação. Eduardo Ono e Renato Torigoi argumentaram que a redação original é mais adequada. Mantida a redação original.

- Anexo II é genérico para todas as atividades de aquicultura
- Anexo III sobre formulário de cadastro do empreendimento.

Marta Conde Lamparelli-Cetesb identificou a necessidade de informações redundantes com o anexo VII e necessidade de atualizar para a uniformizar com a nova lei do licenciamento.

- Anexos IV, VI e VII receberam ajustes no título.
- Anexo V será avaliado se poderá ser descartado.
- Registro profissional só será exigido quando for necessário conforme empreendimento e houver conselho de classe.

- Anexo IV Licenciamento por Adesão e Compromisso-LAC

Marta Conde Lamparelli-Cetesb defende que deve haver plano de gerenciamento quando houver adensamento de atividades de pequeno porte. Esta decisão deve ficar a cargo do órgão estadual devido peculiaridades regionais.

5- Encaminhamentos

- Será avaliada possibilidade de uma reunião extraordinária
- Equipe do MPA irá fazer revisão dos anexos
- Próximas reunião ordinária em 7/10.

6- observação

Os registros acima são pontuais, assim, para melhor compressão dos debates ocorridos durante a reunião recomenda-se acessar os documentos sobre o Grupo de Trabalho de Revisão CONAMA 413 disponíveis no site do CONAMA.

Reunião encerrada às 17h30.